



A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

The construction of National Policy for homeless population

Ricardo William Guimarães Machado*

<https://orcid.org/0000-0003-4061-9046>

RESUMO

Este artigo é fruto de indagações e reflexões obtidas junto ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tendo como tema principal deste estudo a população em situação de rua e sua inserção na sociedade. O objetivo principal foi de compreender o processo histórico de formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua, a partir da contribuição do Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. Como principais pressupostos assumidos durante a pesquisa, visualizamos a organização e participação desta população, como movimento social, na requisição e elaboração de uma política pública, cuja criação foi favorável no governo Lula. A pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, contou com revisão bibliográfica e pesquisa de campo a partir do uso de entrevistas semiestruturadas. Como principais resultados, compreendemos que o processo histórico de construção desta política social teve como êxito o protagonismo da População em situação de Rua, nos debates de formulação, conjuntamente com as demais entidades envolvidas. A conjuntura nacional, durante o governo Lula, possibilitou a instituição do Decreto 7.053/2009, trazendo uma nova leitura acerca desta temática, forçando a primazia dos direitos humanos e criando instrumentos importantes para a garantia de direitos, a partir de um viés voltado para a intersectorialidade das políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE


Questão Social. Proteção Social. População em Situação de Rua. Formulação de Políticas Públicas. Política Nacional para População em Situação de Rua.

ABSTRACT

This article is the result of questions and reflections obtained from the Strictu Sensu Postgraduate Program in Social Work of the Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro, with the main theme of this study the homeless population and their insertion in society. The main objective was to understand the historical process of formulation of the National Policy for Homeless Population, from the contribution of the Permanent Forum on Homeless Adult Population of the State of Rio de Janeiro. As main assumptions made during the research, we visualize the organization and participation of this population, as a social movement, in the solicitation and elaboration of a public policy, whose creation was favorable in the Lula government. The exploratory research, of qualitative nature, had bibliographical review and field research from the use of semi-structured interviews. As main results, we understand that the historical process of construction of this social policy was successfully the protagonism of the homeless

* Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor no curso de Serviço Social da Faculdade Redentor. Rua Visconde de Paraíba, 97 - Centro Paraíba do Sul, RJ 25850-000. E-mail: wpgerj@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2020v20n39p102-118

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

population, in the formulation debates, together with the other entities involved. The national conjuncture, during the Lula administration, allowed the establishment of Decree 7.053 / 2009, bringing a new reading about this theme, forcing the primacy of human rights and creating important instruments for the guarantee of rights, from a bias towards intersectoriality of public policies.

KEYWORDS

Social issues. Social protection. Homeless Population. Formulation of public policies. National Policy for Homeless People.

Submetido em: 22/11/2019.

Aceito em: 26/5/2020.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, trataremos do processo de formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), analisando seu contexto histórico e principais acontecimentos que atribuíram a temática da População em Situação de Rua (PSR) como alvo de política públicas, utilizando-se da experiência de profissionais envolvidos no Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro (Fórum/RJ). Deste modo, analisaremos de que forma se deu a construção desta política através da arena de interesses políticos permeados pela ação de diversos atores sociais, em particular, a experiência dos profissionais envolvidos neste fórum.

Busca-se compreender o contexto sócio histórico em que se germinou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a PSR, de modo a visualizar como a defesa dos direitos e a busca por melhores condições de vida através de ações e serviços públicos para este segmento foram introduzidas na agenda governamental como requisição ao Estado de criar uma política pública de âmbito nacional específica para a PSR. Sabe-se que este contexto envolveu atores e lutas, o que nos interessa a desvendar e apresentar em quais condições se deu todo este processo.

A situação de rua como um desses processos, torna-se alvo de políticas públicas dentro de um sistema de proteção social. Conforme esta afirmação, indicamos que a PNPR é um instrumento legal criado para atender às necessidades da PSR, utilizando-se de propriedades intersectoriais e integradas às políticas de seguridade social brasileira no objetivo de enfrentar a Questão Social. Mas, cabe aqui o seguinte questionamento: Qual foi o contexto sócio histórico em que se processou a formulação da PNPR? Como os atores do Fórum/RJ se mobilizaram para participar e interferir no processo de formulação da PNPR? Qual o papel da política de assistência social na construção do atual sistema de proteção social específico para a população em situação de rua? Qual o produto obtido da construção da PNPR para o sistema de proteção social brasileiro?

ANTECEDENTES AO DECRETO 7.053/2009: O PANO DE FUNDO DA CONSTRUÇÃO DA PNPR

A formulação da PNPR foi um processo complexo e dinâmico, tratando-se de um tema cheio de tensões onde cada município foi construindo suas práticas para lidar com o problema, entre higienismo, repressão e alguns serviços específicos pontuais. Este processo acompanhou o desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro entre as décadas de 1980 e 90 e os anos 2000. O cenário de proposições foi se transformando e acompanhando as conquistas democráticas ao longo dos diferentes governos.

O marco das iniciativas voltadas ao trabalho social digno e vinculado a perspectiva de direitos sociais para a PSR na década de 1990 se deu, majoritariamente, através das entidades privadas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e a instituições religiosas (católicas e espíritas), em

particular nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte. A vinculação religiosa esteve sempre presente nestas instituições e boa parte contavam com o apoio das prefeituras. Como exemplo de iniciativas podemos citar as Casas de convivências, Albergues e Centros e Ações Sociais. Os órgãos de pesquisa e estudo que se preocupavam com a compreensão do tema concertavam-se, exclusivamente, na academia, tais como Núcleos de Pesquisa de Faculdades Públicas e Particulares (USP, PUC-SP) e grupos jornalísticos (Jornal o Trecheiro, Grupo Nova) (SIMÕES JUNIOR, 1992).

A auto-organização da PSR teve início através das iniciativas das instituições filantrópicas e ONGs. A Organização do Auxílio Fraternal (OAF), responsável pela criação da Comunidade do Povo de Rua – também conhecida como Comunidade dos Sofredores de Rua, logo, se articulou com a PSR para a formar uma cooperativa de trabalho autossustentável para catadores de materiais recicláveis, surgindo a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE). Outras iniciativas, também importantes, foram o surgimento da Associação Nioac dos Trabalhadores na Catação de Papel e Papelão – viabilizado pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – similar a experiência da OAF e da Associação Berémite e Abrigos – fundada por um ex-morador de rua com o apoio da Associação de Alcoólicos Anônimos (SIMÕES JUNIOR, 1992).

O forte apoio e o trabalho desenvolvido pelas instituições religiosas e entidades filantrópicas, dentre as quais a OAF e a Pastoral do Povo de Rua em São Paulo, além das primeiras pesquisas e estudos na área acadêmica, foram fundamentais para que se organizasse amplo movimento social no sentido de pressionar as autoridades para que se reconhecesse a problemática dos que viviam nas ruas e fosse elaborada uma política de atenção a esse segmento (COSTA, 2013, p.101-102)

A Pastoral da Igreja Católica também foi uma grande e importante aliada aos movimentos da sociedade que buscavam trazer visibilidade aos direitos da PSR. Com isso, a partir movimento do Grito dos Excluídos - uma manifestação popular de iniciativa das Pastorais Sociais de diversas arquidioceses em quase 170 cidades brasileiras – diversas Pastorais do Povo da Rua começaram se mobilizar e incentivar a luta e a defesa dos direitos da PSR (COSTA, 2013)

Outro grande evento que demonstra a expansão da luta pelos direitos da PSR se trata do Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua no ano de 1993, realizado a partir de parcerias entre entidades governamentais e não governamentais. Com isso, diversas iniciativas foram sendo realizadas, principalmente nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, envolvendo órgãos públicos, ONGs, instituições beneficentes e movimentos sociais vinculados à luta pelos direitos da população de rua e de dos catadores de materiais recicláveis.

O Fórum realizou vários encontros regionais, estaduais e nacionais de catadores nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Com a realização de encontros entre catadores do mesmo estado e de diferentes regiões do país, estimulava-se a troca de experiências e a discussão das diversas realidades locais (PEREIRA, 2011, p. 29)

Costa (2013) nos aponta mais um importante acontecimento que demarca a organização da atenção a PSR. A Prefeitura de São Paulo, com o apoio da OAF e demais entidades filantrópicas, realizou em 1995 o I Seminário Nacional sobre População de Rua, reunindo “[...] gestores de várias cidades do país e intelectuais estudiosos do tema, foi o primeiro marco para o início de uma luta contínua até a aprovação da Política Nacional em 2009” (COSTA, 2013, p. 102). Por isso,

a autora realça o grande papel das prefeituras de São Paulo e de Belo Horizonte como pioneiras no trabalho junto à PSR, através pesquisas estudos, estratégias de atendimento e até na implementação de legislações municipais como o Projeto de Lei paulista n.º 12.316, de 16 de abril de 1997, elaborado pela Prof.^a Aldaíza Sposati, vereadora da cidade na época, que propôs a obrigatoriedade de atendimento à PSR pelo Poder Público Municipal e logo regulamentado pelo Decreto 40.232 de 02 de janeiro de 2001, assinado pela Prefeita da época, Marta Suplicy (COSTA, 2013).

Em 2001 ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua, uma articulação coletiva entre os conjuntos dos catadores e da população de rua, aconteceu juntamente ao 1º Congresso Nacional de Catadores em Belo Horizonte. Tal evento só foi possível mediante muita articulação e debates. Segundo Pereira:

Em 1999, foi realizado o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, em Belo Horizonte, no qual foi planejada a realização do 1º Congresso Nacional de Catadores. [...] A partir desse processo preparatório, em junho de 2001, o MNCR foi criado, durante o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha Nacional da População de Rua, realizados em Brasília. Esse congresso contou com cerca de 1700 participantes, dentre catadores, técnicos e assistentes sociais de dezessete estados brasileiros, e mais 3000 participantes da Marcha Nacional da População de Rua. A partir do evento foi formulada a 'Carta de Brasília', que apresenta reivindicações e propostas à sociedade e ao poder público (PEREIRA, 2011, p. 29-30)

A partir desta união, surge o Festival Lixo e Cidadania, em 2002, programado para acontecer anualmente para marcar os compromissos estabelecidos na Carta de Brasília. O Festival era organizado pela Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE) de Belo Horizonte e funciona como um espaço de debates e articulações entre os poderes públicos, as entidades filantrópicas e religiosas, ONGs e representantes dos movimentos sociais, na busca do reconhecimento de sua luta por parte do Estado. Neste festival aconteciam oficinas pedagógicas, plenárias abordando temas de interesse geral, shows musicais, propiciando a inclusão e a participação de todos os envolvidos, bem como o intercâmbio de experiências (PEREIRA, 2011).

Estes antecedentes históricos à institucionalização da PNPR nos demonstram que a problemática da situação de rua se expandia e deixava a invisibilidade, ao mesmo passo que conquistava o interesse público e da sociedade civil, formando aliados em diversos cantos do território brasileiro, mas dá-se o destaque para as capitais paulista e mineira como o cerne da organização política da PSR.

É somente a partir do final da década de 1980 e principalmente durante a década de 1990 que o problema começa a ser incorporado, a partir de uma nova visão, na agenda de alguns governos municipais e aparecem as primeiras iniciativas na intenção de criar políticas públicas de atenção e inclusão social das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, São Paulo e Belo Horizonte foram municípios pioneiros, ambos durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT). (FERRO, 2012, p. 36)

A participação do Partido dos Trabalhadores (PT) não se resumiu às experiências locais entre a década 1990 e o anos 2000, mas significou um grande compromisso pactuado com a PSR e seus representantes a partir da gestão Lula e Dilma (2003-2006; 2007-2010; 2011-2014) como veremos adiante.

A relação do ex-presidente Lula com a PSR e os catadores de materiais recicláveis, já presente com seu discurso de combate à pobreza e à fome, foi formalizada já no início de seu mandato em 2003 quando ele firmou um compromisso de se encontrar anualmente com integrantes do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) numa data simbólica, a semana do natal.

Segundo Ferro (2012), o apoio massivo de Lula com a PSR se deu com o triste episódio do Massacre da Sé, juntamente com toda a mobilização realizada pela sociedade civil, instituições filantrópicas e ONGs de apoio ao segmento, onde pela primeira vez proporcionou a acentuação da temática como necessidade de inclusão na agenda governamental da Presidência.

A chacina realizada na Praça da Sé, em São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, foi o ápice para o surgimento de um movimento organizado, exclusivamente, para os direitos da PSR. A ideia de um movimento social específico já se germinava em vários eventos anteriores a este cruel episódio, como os Fóruns Locais da População de Rua, debates e eventos acadêmicos como encontros e seminários, manifestações e plenárias populares, bem como o forte apoio do MNCR (CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DE LONDRINA, 2011).

A quarta edição do Festival Lixo e Cidadania evidenciou bem a forma que o MNCR contribui para a formação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), além de formalizar o lançamento do MNPR em âmbito público, propiciou o espaço de discussões e deliberações essenciais para a materializações de propostas inerentes a PSR, que, num primeiro momento, serviram de subsídios necessários para elevar a atenção e a inclusão social da PSR na agenda pública do Governo Federal (COSTA, 2013)

Num segundo momento, com o amplo envolvimento do MNPR e por iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), foi realizado, nos dias 1 e 2 de setembro de 2005, em Brasília, o I Encontro Nacional de População em Situação de rua, reunindo representantes governamentais, organizações e movimentos sociais e o amplo envolvimento da PSR. O Encontro teve como intuito principal identificar as principais demandas e desafios existentes neste segmento para a articulação de estratégias que substanciariam na construção de políticas públicas específicas. Além disto, o Encontro criou forças para iniciar as discussões sobre a formulação da Política Nacional e subsidiou o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social e inclui atendimento especializado para a PSR. (KLAUMANN, 2014).

Tem-se início um esforço para construir políticas de inclusão social no âmbito federal para este segmento da população brasileira. Assim, a partir de 2005, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), inicia-se um processo sem precedentes na história do Estado brasileiro de discussão sobre o fenômeno social das pessoas em situação de rua. Igualmente, de forma também inédita, o Governo Federal promove várias iniciativas que possibilitaram a participação da sociedade civil na discussão e formulação de políticas públicas destinadas a esta população. Esta mudança aponta para um projeto político não apenas diferente, mas antagônico ao que vinha sendo praticado historicamente pelo Estado. Um projeto no qual, pela primeira vez, a inclusão dos 'invisíveis' torna-se importante (FERRO, 2012, p. 36)

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, instituída pela Resolução CNAS N.º 145, de 15 de outubro de 2004, e sua organização, em 2005, na forma de um sistema democrático

e descentralizado, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a proteção social à PSR ganhava um grande artifício de atendimento através da Proteção Social Especial do SUAS que oferta os programas específicos estipulados pela Lei 11.258/2005 (KLAUMANN, 2014).

A política de assistência social, representada pelo MDS, corroborou para o desenvolvimento de grandes esforços voltados para o atendimento das demandas de vulnerabilidade e risco social, o que propiciou terreno de articulação política para a organização da PSR. Em 2004, o MDS realizou o Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a OAF de São Paulo para subsidiar a capacitação do MNPR. Ademais, entre 2005 e 2008, o MDS favoreceu a assinatura de decretos, portarias e grupos de trabalho que favoreceram diretamente na instituição de uma política pública para a PSR, conforme tabela abaixo.

Estes avanços na organização do SUAS, implementados pelo MDS e demais órgãos (Secretaria Nacional de Assistência Social e Conselho Nacional de Assistência Social), possibilitaram o fomento do contexto de elaboração de uma Política Nacional para Inclusão Social da PSR, lançada em maio de 2008, fruto de reflexões e debates do GTI mediante a participação de entidades da sociedade civil organizada em todo processo de avaliação e discussão, com destaque para o protagonismo do MNPR. Este documento foi construído como um instrumento para “[...] orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos” (BRASIL, 2008, p. 2).

Esta política de inclusão social foi idealizada a partir do conjunto de discussões congregados nos fóruns de debate de políticas públicas para PSR, o que alcançou a totalidade dos diversos segmentos da sociedade envolvidos nesta causa. Este documento, que antecede a Política Nacional e prepara o terreno para sua constituição, é composto por três tópicos centrais, além da Introdução: 1 – Caracterização do fenômeno população em situação de rua, apoiado nos dados da Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua; 2 – Princípios e Diretrizes, que norteiam a ação das políticas públicas direcionadas à PSR; e, 3 – Ações Estratégicas (Direitos Humanos, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Urbano/Habitação, Assistência Social, Educação, Segurança Alimentar e Nutricional, Saúde, Cultura), coordenadas pelos respectivos ministérios de cada área para compor uma agenda mínima de alternativas para serem avaliadas na formulação da PNPR (BRASIL, 2008)

Segundo Gonelli e Chagas (2009), o ideal de se realizar o primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a PSR foi pensado desde 2006, quando a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), órgão vinculado ao MDS, com o apoio da UNESCO disponibilizaram um edital para contratar um instituição de pesquisa para realizar a contagem da PSR no território brasileiro, além de outros procedimentos metodológicos, como exemplo, a apresentação do perfil dos entrevistados, que quando analisados em conjunto, revelam a necessidade de intervenção intersetorial, isto é, os dados mostravam as necessidades dessas pessoas que deveriam ser atendidas pelas diversas políticas sociais existentes.

Veiga et al. (2009) aludem que esta iniciativa foi pensada a partir do I Encontro Nacional e se apoiou em diversas experiências de contagem realizadas em municípios como São Paulo/2003, Belo Horizonte/ 2005, Porto Alegre/2007 e Recife/2005. A pesquisa, realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008, escolheu um universo de 71 cidades em todo país, sendo 23 capitais, excluindo as mencionadas acima ao incorporar seus resultados na pesquisa, além de 48 cidades com população maior que 300 mil habitantes.

Além da implementação da Política de Inclusão Social e do I Censo e Pesquisa sobre a PSR, no ano de 2008 o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) elegeu pela primeira um representante de movimento popular, tratando-se de Samuel Rodrigues, integrante do MNPR. Já o ano de 2009 se torna o grande momento na história de luta pelos direitos da PSR, onde se institui a PNPR. Vejamos alguns precedentes realizados neste ano. A Lei 11.983 de 16 de julho de 2009 revogou o Art. N.º 60 do Decreto-Lei N.º 3.688/1941 que atribuía a mendicância como contravenção penal passível de prisão de 15 dias a 3 meses. Outro grande avanço foi a aprovação da Resolução CNAS N.º 109, de 11 de novembro de 2009, instituindo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS. Como já sinalizado no capítulo anterior, a partir deste documento, surge o Serviço Especializado para População em Situação de Rua (SEPSR), ofertando em um equipamento específico, o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Mediante este processo longo e gradual de construções e aquisições para a PSR, o terreno estava preparado para receber o evento que demarcaria a maior conquista deste segmento: a instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Durante o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado em Brasília, em maio de 2009, foi discutido os resultados do I Censo e Pesquisa e das propostas da Política Nacional de Inclusão Social para PSR, com vista a estabelecer e validar a proposta intersetorial da Política Nacional. Além disso, estavam em pauta, também, os programas governamentais que eram restringidos a PSR por falta de endereço, como por exemplo os Programas Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

Ao final, o Movimento Nacional da População de Rua e os representantes da sociedade civil presentes no II Encontro Nacional divulgaram a Carta Aberta de Brasília encaminhada ao Presidente Lula, que começa com os versos de Geraldo Vandré: ‘Vem, vamos embora/ que esperar não é saber, /quem sabe faz a hora/ não espera acontecer.’ A Carta Aberta apresenta a Política Nacional para População em Situação de rua, ‘como instrumento da realização dos direitos sociais, com vistas a assegurar a universalização do acesso da população em situação de rua a esses direitos, assegurada a igualdade de condições para esse acesso’, abrindo ‘uma travessia fecunda na direção da felicidade de milhares de brasileiros e da concretização do Brasil como um País de todos!’ Como representante da população em situação de rua, falou Anderson Lopes de Miranda: ‘Este é o único governo que olhou para o povo. Esta é uma política que não vem de cima pra baixo, mas de baixo para cima, construída por todos nós.’ (HECK, 2009, n.p.).

Após a realização do II Encontro, o debate se estendia entre o MNPR e as organizações envolvidas através dos seguintes eventos: Plenária Fala Rua, 15º Grito dos Excluídos e o 8º Festival Lixo e Cidadania.

Por fim, ao final de dezembro de 2009, foi instituída e concretizada a Política Nacional para População em Situação de Rua, através do Decreto N.º 7.053. O Decreto materializou todos os esforços do MNPR e das organizações da sociedade civil envolvidas ao longo dos últimos 20 anos, possibilitando a consolidação dos princípios, diretrizes e objetivos de uma Política que reconhece os direitos deste segmento e regulamenta e orienta os órgãos administrativos e entidades públicas e privadas responsáveis pelo atendimento destas pessoas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA PNPR

O violento e desumano atentado às pessoas que dormiam na escadaria da Catedral da Sé, entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, na região central da cidade de São Paulo, configura o evento-foco que, para Kingdom (1995), eleva a grandeza de um problema, aumentando a necessidade de sua consideração como pauta na agenda de políticas.

Entendemos que este acontecimento contribuiu para que a mídia nacional e estrangeira alertasse as autoridades paulistas e demais repartições governamentais, inclusive a presidência do País sobre as severas condições de violência e preconceito submetidas a PSR. Esta desproteção tangenciava entre a ausência e carência de políticas públicas direcionadas a esta parcela e a leitura tradicional e conservadora incorporada à sociedade em geral. De acordo com Silva (2009), esse massacre de repercussão internacional retrata o grau de violência e estigmatização atribuído a essa população pela sociedade e até por autoridades governamentais.

As práticas higienistas, direcionadas para camuflar o fenômeno, mediante massacres, extermínios ou recolhimento forçado dessas pessoas das ruas, continuam presentes nos tempos atuais, nos grandes centros urbanos do País, até mesmo conduzidas por órgãos do Poder Público. Essas práticas são impregnadas de preconceitos e estigmatizam as pessoas a quem são dirigidas (SILVA, 2009, p. 120).

Este ato violento foi o elemento crucial para apontar a PSR como um problema plausível de agenda governamental, porém, outros fatos de menor visibilidade acontecem em todos os estados brasileiros sem que ganhem tal notoriedade. Para Kingdom (1995), tais eventos-foco devem ser acompanhados sistematicamente para que não percam seu efeito de atenção.

No caso do Rio de Janeiro, bem como, em outras localidades, a polêmica gira em torno das práticas higienistas e de recolhimento compulsório. Não obstante à violência urbana e o preconceito contra a PSR, Dantas (2007) e Serafino e Luz (2015) apontam que as ações voltadas para esta parcela se resumem em práticas, em boa parte, repressivas e paliativas. A assistência social atua na proteção social através de instituições de acolhimento e inclusão em serviços e programas socioassistenciais, enquanto a segurança pública age através das remoções destas pessoas dos centros urbanos para abrigos em localidades distantes e afastadas.

Existe uma política que define princípios e diretrizes de ações para responder demandas de populações em situação de rua em nosso país. Todavia, modelos com estruturas muito hegemônicas, no qual cada setor ainda operacionaliza suas políticas (BONALUME, 2011), ainda persistem em diversas cidades, como no caso do Rio de Janeiro, contexto da pesquisa que fundamentou essas reflexões. Apesar de a Política Nacional para Populações em Situações de Rua ter sido definida em 2008, nesta pesquisa identificamos, em 2011, certo atraso no alcance, pelo município, dos princípios e diretrizes apregoados pela referida política. Além disto, em certa medida, constatamos que algumas ações servem apenas para reproduzir desigualdades e não possibilidades e oportunidades a esse segmento social (SERAFINO; LUZ, 2015, p. 83).

A atuação do Fórum/RJ tem por objetivo a defesa dos direitos deste segmento e ao longo dos anos desde sua criação, vem articulando estratégias conjuntas com demais órgãos públicos e entidades da sociedade civil, que se vinculam a esta causa, para reivindicar, no Rio de Janeiro, o apaziguamento das ações repressivas e higienistas, dando lugar a efetivação de ações intersetoriais em matéria de política pública, de acordo com a PNPR. O Fórum/RJ conta com uma gama de ações denunciando o caráter punitivo da Prefeitura do Rio de Janeiro no que diz

respeito à PSR, buscando a garantia dos direitos humanos e a implementação de políticas públicas para essas pessoas.

Um segundo elemento que destacou a visibilidade do problema social envolvendo a PSR se concretizou com a realização do I Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR, em 2008. De acordo com Sarmiento (2015), esta pesquisa é resultado da soma de experiências municipais e estaduais em grande parte do Brasil. A iniciativa de sua realização era pouco discutida na década de 1990, mas foi se aprofundando ao longo dos anos, a partir dos fóruns, encontros e seminários que dialogavam sobre essa necessidade e estimulavam os poderes públicos a proporcionar tal ação. Dessa forma, as pesquisas municipais (São Paulo/2003, Belo Horizonte/2005, Recife/2005 e Porto Alegre/2007) anteriores a esse censo nacional serviram de aporte para indicar a relevância em conhecer e problematizar as condições do fenômeno no Brasil. Além disso, pressionavam aos formuladores de política em inserir esta causa na agenda pública.

Sposati (2009) aponta que a contagem da população em situação de rua, o que também deveria estar inserido nos estudos do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), foi realizado entre 2007 e 2008 numa parceria do Governo Federal em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), buscando preencher a lacuna existente, que foi reforçada pelo inciso III do Artigo 7º que propõe como um dos objetivos da PNPR a contagem oficial da PSR.

A pesquisa nacional, agregada aos resultados das quatro cidades citadas demonstraram que o fenômeno da situação de rua no Brasil era alarmante e carente de ação pública, intersetorial e emancipatória. Esta tendência de revelar a vida das pessoas nas ruas, estimulada desde o I Encontro Nacional, em 2005, propôs aos formuladores de políticas a criar novas estratégias, e, a partir dos dados obtidos com a pesquisa nacional, foi possível, junto à PSR e suas representações, elaborar a PNPR, trazendo um novo olhar para esta população.

Portanto, compreendemos que as informações deflagradas pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR puderam contribuir para interpretar o fenômeno e pensar respostas adequadas. Embora a pesquisa não tenha sido o único e principal meio de apontar esta problemática, ela contribuiu para indicar dados quantitativos e qualitativos para considerar a PSR como um problema de política pública.

Um último elemento indicado, entre os considerados nesta análise, é um dos mais importantes. Trata-se do cenário político inaugurado no ano de 2003 e que ajudou a fortalecer as pautas voltadas para o campo do social. A eleição do Ex-Presidente Lula em 2003 e a criação do MDS marcaram uma nova etapa para a sociedade brasileira.

Fagnani (2011), ao analisar a Política Social executada pelo Governo Lula, denomina como *Ensaio Desenvolvimentista* o período de 2006 a 2010. Para o autor, é neste momento que a política social deste governo assume uma estratégia concreta, unindo ações universais e focalizadas em um sistema de proteção social preocupado no combate a fome a diminuição da miséria.

A política de assistência social, após sua aprovação em 2004 e a implantação do SUAS em 2005, teve grandes benefícios neste segundo mandato, onde

[...] destaca-se a o encaminhamento de projeto de lei – que ainda tramita no Congresso Nacional – que estabelece novos objetivos para o Suas e sua composição descentralizada e participativa; reduz para 65 (sessenta e cinco) anos a idade mínima para o idoso receber o benefício de prestação continuada; define a proteção social básica e especial; e cria os Centros de Referência da assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado em assistência Social (Creas) (FAGNANI, 2011, p. 64)

Portanto, a atuação do governo Lula foi de extrema importância para a PSR, pois a beneficiou em matéria de incorporação de sua causa na agenda política e na ampliação da rede de proteção social brasileira, particularmente através da política de assistência social. Com isso, podemos compreender que os dois governos de Lula mudaram o cenário do País, trazendo mais esperança para os destituídos da riqueza social. Isto, adicionado ao compromisso estipulado pelo presidente em apoiar as causas da PSR e dos catadores de materiais recicláveis, possibilitou ao MNPR e demais instituições envolvidas na luta a priorizar os debates e as interlocuções com o MDS e demais órgãos federais envolvidos na formulação desta política.

Podemos compreender, então, que a inclusão da problemática da PSR na agenda de políticas se deu de forma processual e progressiva, a partir dos três elementos citados e com a ampla participação dos atores sociais envolvidos. A PNPR foi uma construção coletiva e democrática viabilizada no II Encontro Nacional de População em Situação de Rua, em Brasília no ano de 2009, que através da participação dos movimentos sociais, organizações da sociedade e civil, esta mobilização foi concretizada (ARGILES, 2008).

O surgimento do Fórum/RJ representou os avanços da PSR no Estado do Rio, que não tinham quem congregasse sua realidade, necessidades e demandas. De acordo com Dantas (2007) e Porfirio (2014), consideramos que o Fórum/RJ singulariza a voz da PSR no Rio de Janeiro, através da escuta destas pessoas, com a ajuda do MNPR e outras instituições como a defensoria pública e arquiocese. O fórum protagoniza este tipo de trabalho e estimula o protagonismo da PSR, através de seminários realizados com a participação ativa destas pessoas.

Como resultado dessa organização, o Fórum/RJ articulado às principais instâncias de defesa dos direitos da PSR (Arquiocese do Rio de Janeiro/Pastoral do Povo da Rua, Defensoria Pública, Comissão Especial da Câmara Municipal, Ministério Público, UFRJ, etc.), alcançaram diversas conquistas que proporcionaram a disseminação da PNPR no Rio de Janeiro. Além disso, o Fórum contribuiu na participação da elaboração e formulação desta política, através de suas representações nos dois encontros nacionais e demais reuniões.

Portanto, entendemos que o processo de elaboração da PNPR teve amplo apoio e envolvimento do Fórum/RJ, considerando-o como um dos participantes essenciais e indispensáveis para a construção de uma política pública nacional para esta população.

Sarmento (2015) preconiza bem o desenvolvimento da política de assistência social entre 2005 e 2009 e destaca como tais avanços abarcaram as necessidades da PSR, principalmente no que tange à questão do acolhimento institucional.

Com a aprovação da Resolução nº109 de novembro de 2009, todos os municípios que ainda não tinham os serviços de acolhimento institucional à população em situação de rua e que aderiram ao Decreto nº 7.053 tiveram que organizá-los seguindo os padrões tipificados nessa Resolução. Ademais, foi necessária a organização de texto orientador aos gestores municipais de como proceder com o reordenamento dos serviços chamado

Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento à População Adulta e Famílias em Situação de Rua (SARMENTO, 2015, p. 83)

Esta política sublinha a questão da intersetorialidade como medida de emergência para enfrentar os problemas da PSR. As ações intersetoriais previstas por esta política buscam a reinserção sociofamiliar nas esferas familiares e comunitárias, a garantia de direitos sociais e a prevalência de oportunidades justas, respeitando as relações sociais produzidas pelo espaço público urbano. Todas essas seguranças devem ser afiançadas pelas políticas públicas e, não somente, através de uma política setorial, como no caso da assistência social (SERAFINO; LUZ, 2015).

A experiência do Fórum/RJ, a partir das sistematizações enviadas e apresentadas por membros do Fórum/RJ nas reuniões, encontros e debates de elaboração da PNPR, foi presente e comprometida, na busca de apresentar a realidade da PSR do Estado do Rio de Janeiro nestes espaços.

O Fórum/RJ já tinha esse reconhecimento perante as demais instâncias responsáveis pela elaboração da PNPR, o processo de intercâmbio de informações, articulações e decisões foi sempre bem positiva. Como implicação, a questão da rotatividade no quadro de membros e instituições públicas e privadas envolvidas, o que sempre dificultava a homogeneização das ideias produzidas e o movimento de troca com as demais organizações. Segundo Dantas (2007), o papel do fórum foi sempre de interação com os demais atores da rede de atendimento à PSR no Rio de Janeiro na busca de materializar as políticas públicas adequadas à necessidade desta parcela.

O Fórum Permanente sobre População Adulta em Situação de Rua do Rio de Janeiro e outras instituições da sociedade civil procuram somar esforços às iniciativas do governo, articulando-se com técnicos e instituições sensíveis aos problemas desta população, de maneira a possibilitar a construção de políticas públicas mais equânimes e efetivas (DANTAS, 2007, p. 82).

Embora o maior avanço tenha sido no governo Lula, que compreendeu 2003 a 2010, levou-se quase dez anos para que se promulgasse um decreto presidencial para instituir uma política nacional que vem lutando assiduamente em diversas cidades brasileiras desde os anos 1990. Além desta questão, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre PSR não revela a totalidade brasileira e não abrange dados qualitativos suficientes para subsidiar melhorias na atenção a este segmento.

Almeida (2011) exemplifica que a mídia serve à população como difusor de informações de interesse coletivo. Entretanto, a mídia, apesar de representar um serviço social de divulgação, é polarizado de interesses particulares dos que constituem a mídia, seja de ordem privada, política ou comunitária. Por isso, ela segue uma linha editorial que por muitas vezes, perde o fundamento de serviço público, para satisfazer uma vontade, uma direção e uma ordem própria de quem a comanda.

A presença do preconceito e do estigma ainda retratados pela sociedade e divulgados, por vezes, pela mídia. Realça-se a importância de trazer ao conhecimento público a existência desta política para que se fortaleça o combate ao preconceito e a discriminação contra a PSR.

Arretche (1999) coloca que o regime constitucional pós-1988 dá autoridade política para os prefeitos, autonomizando e soberanizando suas decisões. Cada Estado federativo assume a gestão de políticas públicas conforme iniciativa própria ou por adesão à programas federais e estaduais mais abrangentes. A questão que se coloca é que esta gestão não é mais centralizada pela União, mas segue uma lógica dependente e autônoma em cada município. A esfera federal e/ou estadual pode induzir e/ou incentivar aos municípios a implementar políticas e programas sociais, mas não há obrigatoriedade de adesão.

Retomando ao pensamento de Arretche (2009), a autora afirma que dados os níveis de pobreza no Brasil, a gestão de políticas sociais passa a ser cara e inefetiva, ao passo que consome muitos recursos e não produz resultados à altura dos gastos. Produz-se um processo de barganha federativa onde uma administração pública tenta atribuir ou imputar os custos elevados de uma política para outro nível de governo.

Podemos perceber que o jogo político faz com que um governo local prolongue ou até mesmo recuse a adesão de uma política social, ou na pior das vias, ele pode implementar outras formas de execução desta política, desrespeitando preceitos estabelecidos numa política nacional.

Em contrapartida, percebemos que um dos grandes avanços neste processo de formulação foi, sem dúvidas, o protagonismo estabelecido pela PSR, organizada politicamente como um movimento social unificado e fortalecido, apoiado pelas instituições filantrópicas, ONGs, Igrejas, instâncias acadêmicas e, também, pelo poder público.

O conhecimento sobre a população é legitimado pela própria população e transformado por ela. Profissionais, estudiosos, estudantes e população de rua, vivenciam assim um ciclo contínuo de formação e reflexão política de suas práticas e produções científicas, disseminando conhecimento 'com' a população de rua, com o objetivo não só de compreender, mas de criar possibilidades efetivas de saídas das ruas (SILVA, 2009, p. 94).

Tal premissa corroborou com o principal produto da PNPR: a previsão de criação de um comitê interministerial de acompanhamento e monitoramento da PNPR (CIAMP) e de um Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos (CNDDH) nas três esferas de governo com vista de assegurar a questão da intersetorialidade nas políticas públicas voltadas para este segmento configura o maior avanço presente nesta normativa.

O CIAMP é um comitê tripartite formado pelo Estado e Sociedade Civil, comportando-se como um espaço primordial de debates e discussões com vista de aprimorar e aperfeiçoar a implementação da PNPR. Nesse sentido, o protagonismo da PSR na aquisição e elaboração da PNPR tem sua continuidade nos trabalhos do CIAMP. Além disso, a coordenação desse comitê é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, o que revela duas grandes mudanças, segundo Ferro (2012):

O primeiro deles é que ao sair do MDS e da área da assistência social, avança-se no sentido de concretizar uma perspectiva intersetorial para as políticas destinadas à população em situação de rua. Enfocar a discussão sob o prisma dos direitos humanos permite ampliar o panorama e agregar diferentes áreas das políticas sociais nessa construção. Em segundo lugar, estar centrado na Presidência da República permite ampliar a responsabilidade do Estado sobre a problemática, não cabendo a um ministério específico promover avanços, mas sim ao Governo como um todo (FERRO, 2012, p. 39).

Resende e Silva (2014) afirmam sobre uma “[...] conjuntura favorável à consolidação de esfera pública no debate da situação de rua e na instituição de políticas públicas para seu enfrentamento” (RESENDE; SILVA, 2014, p. 4). Embora haja obstáculos a garantia de um diálogo expressivo e efetivo entre a PSR, a partir de seu movimento social, e as instituições públicas responsáveis pela adesão à PNPR e implantação do CIAMP.

[...] o comitê intersetorial constitui, em princípio, um fórum de cooperação, criado, como vimos, sob influência do decreto que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esse decreto afirma que a implantação da Política Nacional deve dar-se de forma descentralizada, articulando os entes federativos que desejarem a ela aderir (Art. 2º). A adesão implica compromisso de instituir ‘comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população’ (Art. 3º). A política ainda prevê que esses comitês, além de intersetoriais no que diz respeito à participação de secretarias de governo de diversas áreas, devem ser paritários no que diz respeito à participação de representantes do governo e da sociedade civil (RESENDE; SILVA, 2014, p. 4-5).

Além da existência dos comitês locais e do CIAMP, há a necessidade de implementação e fortalecimento do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis, previsto pelo Artigo 15º da PNPR. Trata-se um núcleo de atendimento à PSR que busca garantir os direitos da PSR e o acesso à justiça, trabalhando conjuntamente às Defensorias Públicas, Ministérios Públicos, espaços de defesa de direitos e rede de proteção social (DINIZ, 2014).

O papel do CNDDH é extremamente defensivo, não cabendo ações assistencialistas (DINIZ, 2014). Por isso, entendemos, que este espaço instituído pela PNPR é apenas um dos elementos que devem ser integrados aos demais instrumentos de garantia de direitos da PSR.

[...] a Política Nacional para população em situação de rua vem em consonância com as reivindicações dos de mandatários desta política e constitui-se em grande passo para a garantia de acesso a direitos sociais. Todavia, sabemos que esta luta não acabou e resta muito trabalho a ser realizado, visto que, agora é preciso garantir a aplicação da Política Nacional para que concretizem-se os direitos preconizados, os quais perpassam pela implementação de políticas públicas nos estados, municípios e Distrito Federal, que impliquem na oferta de serviços de atendimentos especializado e que sejam realizados através de uma rede de Políticas Intersetoriais (ARGILES, 2008, p. 60-61)

Outros avanços identificados tratam de questões que ampliam nossa percepção sobre o grau de possibilidades que esta política pode propor. Citamos, segundos os dados obtidos durante a pesquisa, o combate ao preconceito e a superação da discriminação, a capacitação de servidores públicos que trabalham diretamente com esta população, a inclusão destas pessoas no CadÚnico, a partir da utilização de endereço dos equipamentos de acolhimento institucional, favorecendo a inserção em programas socioassistenciais e benefícios previdenciários e a proposição de uma nova leitura acerca da PSR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível observar durante a realização desta dissertação que a questão social, expressa em diferentes manifestações contemporâneas, porém sob a mesma base de reprodução: a acumulação capitalista, compõe o cerne da situação de rua, onde encontramos a face da

pobreza, o desemprego, a violência e demais expressões. Sendo assim, parte-se da lógica de que o Estado deve implementar instrumentos de enfrentamento à questão social, isto é, políticas públicas de proteção social, dentre outros formatos de ações, que visem a reconstrução da estrutura de vida dos cidadãos frente aos problemas causados pelo modo de produção capitalista. Portanto, no cenário brasileiro, dispomos de uma Política Nacional que garante o reconhecimento desta parcela como um grupo político de cidadãos, sujeitos de direitos e dignidade humana, que necessitam de atendimento justo, equitativo e universal por parte do Estado, que deve ofertar serviços, programas, projetos e ações pautados sob o prisma da intersectorialidade das políticas públicas.

Até o auge da promulgação da PNPR ao final de 2009, muitos diálogos e debates foram necessários para chegar a tal conquista. Tratou-se de um processo longo e árduo, de muitas transformações, dificuldades e desafios. O processo de formulação desta política teve como aspecto principal a participação popular, sobretudo, do próprio povo de rua. O movimento social e as instituições que trabalhavam com esta causa, majoritariamente, nas cidades de São Paulo e Belo Horizonte, aglutinaram as particularidades deste segmento e contribuíram para sua organização política, porém, o protagonismo político é de mérito exclusivo da PSR.

Todo este caminho de discussão para elaborar a PNPR teve, também, o apoio declarado do Presidente Lula, por meio das negociações políticas com o MNPR e a correlação de forças existentes entre os ministérios, em especial o MDS, que ao mesmo tempo, aperfeiçoava os mecanismos de proteção social da assistência social e absorvia as demandas da PSR e suas delegações, criando propostas e estratégias que facilitassem o processo de formulação da PNPR.

Tratando da assistência social como política social importante neste processo de formulação, a partir das iniciativas do MDS, identificamos que ela ocupou um lugar estratégico no histórico de proteção social para a PSR e como ela contribuiu para a constituição de uma política nacional e específica a este segmento.

Portanto, espera-se que a partir dos resultados desta pesquisa, demais pesquisadores e profissionais possam dar continuidade na descoberta de novos elementos acerca da PSR, visto a pouca produção literária existente no Brasil. É preciso levarmos esta temática aos debates nacionais, estaduais e municipais e à todas as camadas da sociedade, na luta pelo fim do preconceito, da violência e do desamparo à estas pessoas que são tão cidadãs quanto os demais brasileiros. Não podemos deixar que a lógica excludente do modo de produção capitalista, continue a deteriorar as camadas mais fragilizadas e àquelas que beiram à extrema pobreza. A PSR saiu da *rua* para as ruas, gritando por direitos e exigindo reconhecimento. Naquela época, o governo ouviu e atendeu às solicitações, agora a persistência deve se manter presente e vívida, para não se perder o que já foi alcançado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. C. Morador de Rua: da questão social para a questão midiática. **Puçá**. Belém: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia, v. 1, n1. p. 77- 102, jan./jun. 2011.

ARGILES, M. S. **População adulta em situação de rua**: Da invisibilidade social ao direito a ter direitos. 2008. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica de Pelotas, 2008.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], v. 14, n. 40, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2017.

BRASIL. **Política Nacional para População de Rua**. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Brasília (DF), 2009.

BRASIL. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília (DF), 2008. Disponível em http://www.rederua.org.br/pub/polnac_inclsoc.pdf. Acesso em: 20 jun. 2015.

CENTRO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS DE LONDRINA (CDHL). **Breve histórico do processo de organização do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e análise da atual conjuntura no município de Londrina**. Londrina, 2011. Disponível em: <http://cdhlondrina.blogspot.com.br/2011/04/breve-historico-do-processo-de.html>. Acesso em: 6 jul 2017.

COSTA, A. L. P. **Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza**. 2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

DANTAS, M. **Construção de Políticas Públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.

DINIZ, A. P. S. **A efetividade das ações do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais)-Fundação Universidade de Itaúna, Itaúna, 2014.

FAGNANI, E. **A política social do Governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. Campinas: IE/UNICAMP, jun. 2011. (Texto para Discussão, n. 192).

FERRO, M. C. T. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados. **Revista Direitos Humanos**, Brasília (DF): Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, n. 8, jan. 2012.

GONELLI, V.; CHAGAS, F. Visibilidade e reconhecimento – a atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no atendimento da população em situação de rua. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

HECK, S. **População em Situação de Rua e Cidadania**. Curitiba: Federação dos Trabalhadores em Empresas de Créditos do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.fetecpr.org.br/populacao-em-situacao-de-rua-e-cidadania/>. Acesso em: 15 ago. 2017.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers, 1995. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas – Coletânea Vol. 1. 2007.

KLAUMANN, A. R. **Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil**: a realidade do centro pop de Rio do Sul/SC. Rio do Sul, 2016. Disponível em <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>. Acesso em: 20.abr.2017.

PEREIRA, M. C. G. **Luta por reconhecimento e desigualdade social**: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG). 2011. Dissertação (Mestrado em administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2011

PORFIRIO, M. V. **População em Situação de Rua e Direitos Humanos na cidade do Rio de Janeiro**: a invisibilidade no olhar dos meios de comunicação. 2014. Tese (Doutorado)- Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESENDE, V. M.; SILVA, R. B. **Políticas públicas voltadas à situação de rua, discurso e (im) possibilidades de participação da sociedade civil**: um caso no CIAMP RUA/DF. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES, 2., 2014, Brasília (DF). **Anais [...]**. Brasília (DF), 2014. Disponível em: https://720b6a44-a498-4f55-8429-ea9de112b971.filesusr.com/ugd/0d36fe_01dba8cecc5b40d28c6d8cb1b13702f1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2017.

SARMENTO, R. S. M. **A assistência social à população em situação de rua**: um estudo na cidade de Florianópolis (SC). 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2015.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Katalisys**, Florianópolis: UFSC, v. 18, n. 1, 2015.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, S. A. População em Situação de Rua no Rio de Janeiro: novos tempos, velhos métodos. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 13, n. 27, 2013.

SIMÕES JÚNIOR, J. G. Moradores de Rua. **Revista Pólis**, São Paulo, n. 7, 1992.

SPOSATI, A. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

VEIGA, L. et. al. Trajetória de construção do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. In: CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Rua**: aprendendo a contar. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília (DF): Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

Ricardo William Guimarães Machado

Assistente social do Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua da Prefeitura de Magé no Estado do Rio de Janeiro. Docente do Curso de Graduação em Serviço Social da Faculdade Redentor (Unidade Paraíba do Sul). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Especialista em Políticas Sociais pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO).
